



## **O SHOPPING POPULAR E AS IMPLICAÇÕES NA DINÂMICA URBANO-COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA(BA)**

Alessandra Oliveira Teles<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Feira de Santana, segunda cidade em população no estado da Bahia, tem sua origem e fortalecimento através da feira de gado bovino e feira livre, as atividades comerciais diversas permitiram alcançar um nível de diversificação e especialização colocando-a numa posição de centro regional dentro da hierarquia urbana e mais à frente colaborou para a institucionalização da Região Metropolitana. A justificativa para realizar este estudo deve-se a significativa presença de camelôs nas principais ruas do centro comercial e as ações realizadas pela prefeitura municipal para a relocação, os embates ocorridos entre trabalhadores e poder público e a repercussão desse novo ordenamento territorial promove uma maximização da precarização do trabalho. O trabalho de rua, em muitos municípios brasileiros antecede o trabalho institucionalizado. Em Feira de Santana, esse é um fato concreto, inicialmente e por um longo período, os feirantes atuaram compondo a economia do município e nos últimos 40 anos incorporou-se a figura do camelô. O trabalho de rua é marcado por ser exercido por pessoas classificadas como de baixo status social, trabalho desqualificado, entre outros adjetivos. A perseguição social marca esse tipo de trabalho em diversas instâncias e a falta de respeito com o trabalhador é histórica e perpassa por diversos governos municipais. O Shopping Popular proposto como alternativa para mudança e organização do espaço público além de não contemplar a quantidade de trabalhadores que estavam nas ruas não deu a resposta esperada, pois o baixo movimento não permite a manutenção daqueles ali instalados.

**Palavras-chave:** Shopping Popular, Camelôs, Comércio, Feira de Santana, Precarização do Trabalho.

### **ABSTRACT**

Feira de Santana, second city in population in the state of Bahia, has its origin and strengthening through the cattle fair and open market, the diverse commercial activities allowed to reach a level of diversification and specialization placing it in a position of regional center within the urban hierarchy and beyond collaborated for the institutionalization of the Metropolitan Region. The justification for carrying out this study is due to the significant presence of street vendors in the main streets of the shopping center and the actions taken by the city hall for relocation, the clashes that occurred between workers and public authorities and the repercussion of this new territorial ordering promotes a maximization of the precariousness of work. Street work, in many Brazilian municipalities, precedes institutionalized work. In Feira de Santana, this is a concrete fact, initially and for a long period, the market traders acted as part of the city's economy and in the last 40 years the street vendor was incorporated. Street work is characterized by being performed by people classified as having low social status, unqualified work, among other adjectives. Social persecution marks this type of work in several instances and the lack of respect for the worker is historical and permeates several municipal governments. The Shopping Popular proposed as an alternative to change and organize the public space, in addition to not including the number of workers on the streets, did not provide the expected response, as the low traffic does not allow the maintenance of those installed there.

**Keywords:** Popular Shopping, Camelôs, Commerce, Feira de Santana, Precarious work.

---

<sup>1</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – SE, Professora Adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA, aoteles@uefs.br



## INTRODUÇÃO

A cidade é o cenário privilegiado para a expansão e consolidação do sistema capitalista. As possibilidades de comunicação e circulação são elementos determinantes para a organização espacial. Feira de Santana, segunda cidade em população no estado da Bahia, tem sua origem e fortalecimento através da feira de gado bovino e feira livre, em seqüência, as atividades comerciais diversas lhe permitiram alcançar um nível de diversificação e especialização colocando-a numa posição de centro regional dentro da hierarquia urbana e mais à frente colaborou para a institucionalização de sua Região Metropolitana.

Fruto da pesquisa intitulada Camelôs em Feira de Santana (BA): Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Local, com financiamento interno da UEFS e Resolução CONSEPE Nº 122/2018. Apresentamos aqui o desenvolvimento do seguinte objetivo específico: Diagnosticar a precarização do trabalho nas ações de ordenamento territorial promovidas na cidade de Feira de Santana-BA. Além disso, elaboramos a seguinte questão norteadora: É possível medir a dimensão da precarização do trabalho realizado nas ruas a partir do atual reordenamento territorial?

A justificativa para realizar este estudo deve-se a significativa presença de ambulantes e camelôs nas principais ruas do centro comercial e as ações realizadas pela prefeitura municipal para a relocação, os embates ocorridos entre trabalhadores e poder público e a repercussão desse novo ordenamento territorial promove uma maximização da precarização do trabalho. Em relação ao comércio informal realizado por ambulantes e camelôs na cidade tomamos como base o estudo anteriormente realizado para o doutorado e que deu suporte para a elaboração desse artigo (TELES, 2017).

A proposta é que a partir das discussões realizadas no GT no qual este trabalho será apresentado possamos agregar sugestões, ideias e proposições para um novo projeto de pesquisa que tem como objetivo estudar os novos rumos do comércio e do consumo em Feira de Santana tendo como marco a relocação do comércio de rua para outros pontos da cidade.

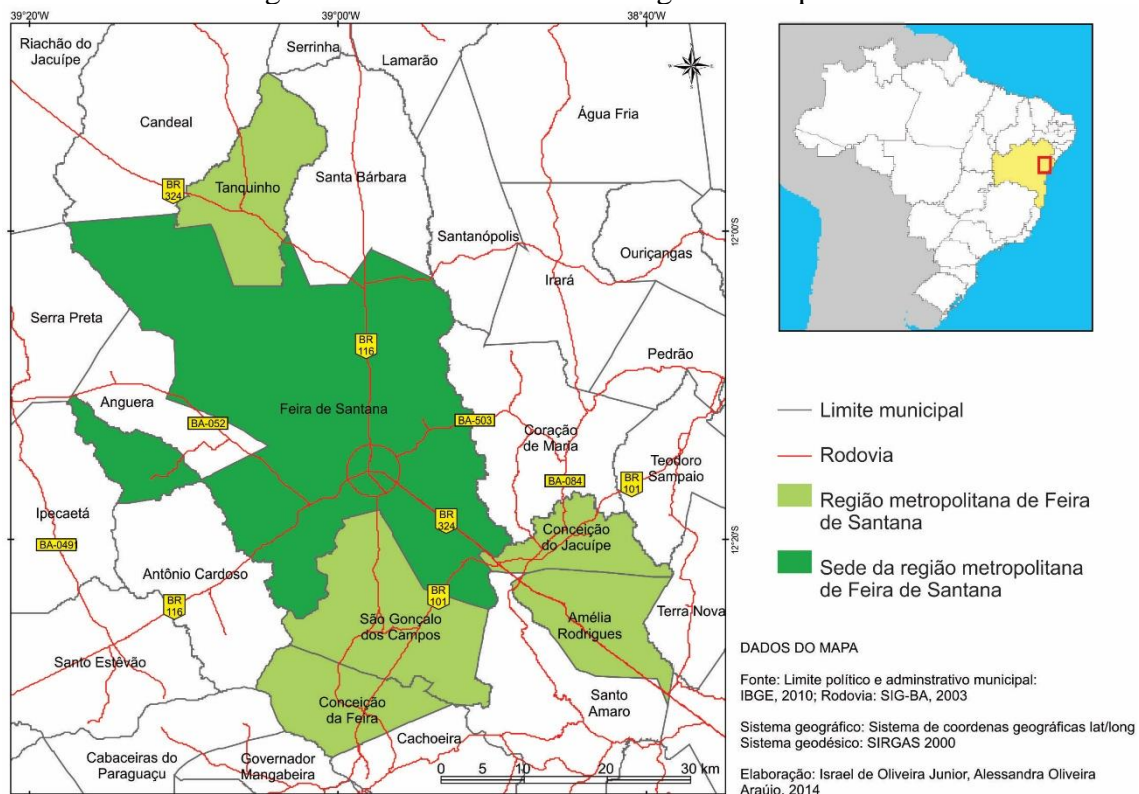
Feira de Santana, com 556.642 habitantes - segundo o Censo Demográfico, no ano de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - é um dos municípios do Estado da Bahia que compõem a mesorregião denominada Centro Norte Baiano. A microrregião geográfica, na qual está inserido, recebe o seu nome por ser o de maior



influência, é composta por ele e mais 23 municípios. A cidade é considerada pelo IBGE (2008) uma capital regional B e dentro do estado só é menor que a capital, Salvador. A área da unidade territorial do município distribui-se por 1.396 km<sup>2</sup>. Distancia-se 109 quilômetros, considerando o trajeto rodoviário, da capital.

É o município de comando da Região Metropolitana de Feira de Santana, instituída a partir de 06 de Julho de 2012, pela Lei Complementar Estadual n° 35/2011, formada por seis municípios (Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho), abrangendo um total populacional de 673.637 em 2010 (IBGE, Censo Demográfico). Há ainda dez municípios que fazem parte da futura Área de Expansão Metropolitana. São eles: Antonio Cardoso, Santo Estevão, Ipecaetá, Anguera, Santa Bárbara, Santanópolis, Água Fria, Irará, Coração de Maria e Terra Nova, com um total populacional de 163.782 habitantes. (Figura 1). As atividades de serviços – destaque para comércio, saúde e educação – demonstram seu caráter polarizador frente aos serviços públicos federais e estaduais nos demais municípios da Região Metropolitana de Feira de Santana e municípios vizinhos.

Figura 1 – Feira de Santana e Região Metropolitana





O comércio é a atividade de maior relevância na organização espacial e socioeconômica de Feira de Santana. Responsável por sua implantação e consolidação, reflete, através de seus agentes, as permanências e mudanças que vem atravessando ao longo das décadas. As relações de troca consolidam tal atividade, associada à localização estratégica da cidade, promoveram o adensamento populacional de modo que o comércio informal se implantasse e se mantivesse.

Como procedimentos metodológicos temos: a) revisão de literatura destacando a produção do espaço, comércio e território; b) levantamento de reportagens e notícias em jornais, blogs e sites, inclusive institucionais como o da prefeitura municipal; c) observação e registro fotográfico das ruas selecionadas para fins de estudo. Considerando o período de pandemia a observação e registro fotográfico foi realizado tomando os cuidados e respeitando os protocolos de uso de máscara, uso de álcool gel e com o máximo de distanciamento social, com isso não realizamos aplicação de questionários ou realização de entrevistas. Parte das informações foram adquiridas por meio de conversas através de aplicativos; visitamos o shopping, porém procuramos manter o distanciamento social, usamos máscara bem como estivemos num horário que não é considerado de pico além do que os corredores estavam vazios e facilitaram a circulação e não-contato com trabalhadores ou consumidores.

## **APORTE TEÓRICO**

O projeto de modernização nacional (BECKER E EGLER, 2006) alcançou Feira de Santana em meados da década de 1960, através de seus agentes públicos foram elaborados planos para alinhar-se ao novo modelo urbano-industrial.

A atenção volta-se para a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS) e o reordenamento da área central da cidade, com a abertura de avenidas e retirada da feira livre. O processo de modernização nacional foi a base do discurso para as modificações numa escala local.

Segundo Cruz (1999) os impactos dessa modernização na produção do espaço local são pontuados a partir da consolidação da cidade num cenário estadual e mesmo nacional, considerando sua posição estratégica na logística rodoviária e de circulação de mercadorias. A incorporação de um discurso referente ao processo da urbanização brasileira com repercussão local e que traria progresso/modernidade para a cidade



passava pela retirada da feira livre da área central, o que vai ocorrer a partir da elaboração do Projeto Cabana e transferência para o Centro de Abastecimento.

Quanto a precarização do trabalho tomamos como base a discussão realizada por Borges (2016, p. 714) “A economia brasileira nunca foi capaz de incorporar sequer a metade da força de trabalho disponível para ser explorada pelo capital”. Cabe a população adquirir renda em segmentos como a atividade informal, aqui estudada a partir do trabalho dos camelôs que ocupam as ruas da área central de Feira de Santana.

As permanências e mudanças no comércio de rua em Feira de Santana também são repercussões locais de situações globais. As transformações no cenário internacional estabelecidas num curto período de tempo vão reconfigurar as nações e promover profundas alterações econômicas e políticas no mundo contemporâneo.

Essas modificações contribuíram para o redimensionamento dos interesses mundiais. Intensificou-se a corrida pelo domínio dos mercados, a incorporação de novas tecnologias resultando na alteração das formas de produzir e na geração de postos de trabalho. Além disso, tem-se a fusão de grandes grupos econômicos redesenhando uma nova Divisão Internacional do Trabalho que delineia um futuro com acentuadas disparidades socioeconômicas entre países.

A produção de bens de consumo se fortalece com a inserção de novas tecnologias no processo produtivo promovendo agilidade, ampliando a produção e necessitando de menos mão-de-obra. Houve, assim, um crescimento acelerado das empresas e na mesma proporção a diminuição de postos de trabalho. Locais que se viram como parte de uma produção, alinhada a uma escala geográfica em nível internacional, passam a não fazer mais parte desse cenário, pelo menos não enquanto fornecedor de trabalhadores.

A promoção de uma reorganização econômica e geopolítica do espaço mundial trouxeram a informalidade como meio de sobrevivência para aqueles que ficaram de fora dessa nova realidade. Ao considerar a produção espacial, nas diferentes escalas, e o papel dos agentes representados pelos grupos transnacionais, do poder público e da comunidade locais, entende-se o comportamento local diante das mudanças econômicas e políticas que contribuem para rebatimentos territoriais inigualáveis.

A partir desse pressuposto, podemos afirmar que há um novo delineamento do modo capitalista de produção. Este pode ser traduzido pela aceleração das mudanças espaciais e territoriais nas diferentes escalas. Encontramo-nos num momento caracterizado pela fluidez das informações, relações sociais, capitais e produtos. O capital



passa por uma reprodução ampliada e com repercussões diferenciadas, confirmando e consolidando a diferenciação no modo como as atividades econômicas vem se realizando em cada parte do mundo. Entre os desempregados, a atividade informal aparece como a oportunidade de incluir-se nesse processo global, pois compra e vende mercadorias fazendo o recurso monetário movimentar-se.

A informalidade é um fenômeno global e relevante para o capitalismo. Antes da pandemia do COVID-19, a OIT presumia cerca de 2 bilhões de pessoas no universo da informalidade. Entre a população economicamente ativa a informalidade sempre esteve perto de 50% (LEAL; FRANÇA FILHO, 2020). Ocorre que na maior parte das situações, a informalidade associa-se a precarização do trabalho, como é a situação dos trabalhadores das ruas brasileiras. E mesmo, não sendo um fenômeno novo, os donos dos meios de produção se utilizam de velhos artifícios para mantê-la.

O trabalho de rua, em muitos municípios brasileiros antecede o trabalho institucionalizado (REIS, 2019). Em Feira de Santana, esse é um fato concreto, inicialmente e por um longo período, os feirantes atuaram compondo a economia do município e nos últimos 40 anos incorporou-se a figura do camelô.

O trabalho de rua é marcado por ser exercido por pessoas classificadas como de baixo status social, trabalho desqualificado, entre outros adjetivos. A perseguição social marca esse tipo de trabalho em diversas instâncias e a falta de respeito com o trabalhador é histórica e perpassa por diversos governos municipais.

A política neoliberal e o processo de reestruturação produtiva repercutem nos países, independente de terem adotado essa política. Os principais resultados deste processo, vivenciado nos anos 1990 e 2000, são as altas taxas de desemprego, aumento da concentração de riqueza, aumento da desigualdade social e, principalmente, aumento da precarização do trabalho, do crescimento de atividades não regulamentadas e do trabalho informal, além da ocorrência de um fenômeno novo: a desestabilização dos trabalhadores com direitos trabalhistas assegurados como carteira de trabalho assinada.

A fragilidade que se instalou no mercado de trabalho, nesse período, teve repercussões por todo o mundo, e no Brasil não foi diferente. As políticas neoliberais adotadas pelo governo federal – que sempre esteve entrelaçado com órgãos internacionais como FMI e Banco Mundial – vão se consolidar promovendo desestabilização e estagnação independente de apresentarem especialização. Durães (2013, p. 49) ainda destaca: “[...] o aumento da informalidade como prática atenuante da falta de emprego,



atendendo, dessa forma, ao excedente de força de trabalho que aqui é fruto da própria modernização do sistema capitalista”.

Voltando-se para o conceito de território, nota-se que mesmo sob um ponto de vista social é tornado um campo de lutas no qual acontecem “[...] por e a partir de relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 53), uma vez que cada grupo defende e deseja ver seus interesses ou necessidades realizadas. Além disso, considerando que cada momento na evolução histórica houve diferentes usos para o território, estes vão apresentar marcas e organizações particulares em consonância com as manifestações dos grupos que os constituem. Para o autor estas relações materializam o território e as diversas territorialidades, por ser o local do poder e de suas relações este se destaca principalmente quando exercido e inseparável à política, economia e cultura presentes nas redes de circulação e comunicação estudadas por ele.

Ainda segundo Raffestin, por ser um espaço transformado pelo labor o território mostra as relações de poder e domínio aludindo na consolidação de uma ou várias territorialidades que marcam o espaço a partir das atividades diárias e individualizadas promovendo a construção de malhas, nós e redes balizando campos de ação e poder repercutindo nas práticas espaciais e constituição do território.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES**

Feira de Santana é um município que tem sua origem numa fazenda, como tantos outros na história da formação territorial brasileira. Ter se tornado ponto estratégico no pouso do gado bovino que se deslocava entre o semiárido baiano, ou mesmo da região centro-oeste, para Salvador e demais municípios do Recôncavo é o seu diferencial.

Essa localização estratégica (geográfica) promoveu o início das trocas de mercadorias entre os boiadeiros que deixavam o gado no processo de recuperação da caminhada e pequenos produtores de gêneros alimentícios, em especial, farinha e feijão. Ao passar do tempo novos itens foram se agregando e essa troca foi ganhando em regularidade, volume e variedade, formando a feira livre, o adensamento populacional e a primeira aglomeração urbana.

A partir de 1950 o Brasil incorpora o modelo urbano-industrial dos países ricos e passa a incentivar a criação de centros industriais e modernização das cidades com abertura de ruas, avenidas e vias de acesso. No caso de Feira de Santana essa onda de



modernização chegará na década de 1960, período em que já existe um comércio formal estabelecido no entorno da feira e começa a pressionar por mudanças.

As circunstâncias para a evolução da economia moderna e a elevada pressão de uma população urbana com baixo nível de renda, provoca o estabelecimento de um circuito econômico não moderno paralelo ao circuito moderno definido por Santos (2008) como o circuito inferior da economia urbana.

É possível observar o uso da rua sob diferentes modos e agentes em Feira de Santana. No caso dos camelôs, criam seus usos, delimitados concretamente pelas barracas, carrinhos, bicicletas ou outros meios que utilizam para ganhar seus recursos. Ao mesmo tempo, o agente público representado pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS), procura atuar no ordenamento do uso das calçadas – viabilizando para os pedestres – e se apresentando como ameaça para os comerciantes.

O comércio de rua em Feira de Santana é parte da sua produção espacial. Esse segmento não representa apenas uma característica econômica, mas reflete um contexto histórico-social, seja pela organização da sociedade brasileira, marcada por negros escravos que vendiam nas ruas para seus senhores (DANTAS, 2005), por mascates que circulavam por todo o país, em toda sorte de transporte. Mais recente, onde o processo de reestruturação produtiva fez desaparecer uma quantidade de postos de trabalho e essa massa desempregada se viu na necessidade de sobreviver de algum modo.

Seguindo modelos já implementados por outras cidades, as propostas de urbanização para o espaço público vão ter como objetivo executar ações que proporcionem controle, ordem e disciplina para o comércio informal. Ao longo da história dessa cidade a ação de maior impacto e repercussão em relação aos trabalhadores do comércio informal foi a transferência para o Centro de Abastecimento e agora a proposta do Shopping Popular.

Entre 1977 com a relocação dos feirantes para o Centro de Abastecimento e o Pacto de Feira só ocorreram ações pontuais para o ordenamento dos comerciantes informais. Hoje, a PMFS se vale de dois argumentos para a transferência dos comerciantes para o Shopping Popular: a) o diagnóstico do Corpo de Bombeiros para o perigo das barracas no calçadão da Rua Sales Barbosa, pois como estão dispostas impedem a atuação rápida dessa corporação em caso de incêndio e, b) o estatuto do pedestre que garante a estes a livre circulação por ruas e avenidas, além de pontos de





ônibus livres de quaisquer obstruções. Porém, é no centro onde se concentram os consumidores em potencial do comércio ambulante.

Algumas gestões municipais promoveram uma política de convivência com o comércio informal, nenhuma ação de retirada, ordenamento ou fiscalização se deram nesses períodos. Ao contrário, para a consolidação e manutenção de seus interesses, muitos agentes políticos – através do mandato adquirido mediante eleição – colabora para a manutenção da ocupação do espaço público. Segundo representante dos ambulantes e camelôs, em entrevista para o jornal Grande Bahia, em 25 de fevereiro de 2013 “[...] ruas são ocupadas com consentimento de políticos de Feira de Santana e propostas do Pacto não atendem a classe”.

O grande impasse e resistência por parte dos comerciantes informais se depara com dois pontos-chave: a) a cobrança pelo uso do espaço, algo que não ocorre onde estão atualmente; b) a falta de clientela, pois o local e formato propostos não se enquadra no perfil de consumidores que comprem nas ruas. A pressão exercida pelos comerciantes formais, em especial da Rua Sales Barbosa e os interesses que não conseguimos identificar o agente, para a construção do Shopping Popular são os elementos fundamentais na proposta desse empreendimento.

O alinhamento com uma movimentação econômica em escala global parece não ter relação com a atividade do comércio de rua. Mas, seu impacto é tão direto quanto a reestruturação produtiva que ocorre nas grandes empresas transnacionais que exploram a mão-de-obra local. A partir do momento que postos de trabalho são fechados e há uma elevação da produção tem-se duas situações a) trabalhadores que necessitam sobreviver e só encontram meios através do comércio de rua; b) mercadorias que foram produzidas e necessitam ser comercializadas.

Desse modo, a prática do comércio de rua para esses produtos é um modelo já conhecido que ganha um novo delineamento quando observado o que passa a ser vendido. O melhor local para a materialização desse processo são as vias públicas, preferencialmente o centro, por apresentar singularidades que lhe são marcantes.

A atividade dos camelôs e ambulantes foi delineada na cidade de forma análoga aos estabelecimentos comerciais, principalmente no centro da cidade onde disputam cada cliente como se este fosse o último. Sua expansão pelas principais vias de circulação da população evidencia que existe procura por este tipo de comércio. Quase sempre estão em pontos estratégicos, mesmo se considerados impróprios.



A especialização de atividades como comércio e serviços é o destaque entre os processos espaciais que articulam e compõem sua história. A cidade representa um espaço geográfico com transformações promovidas pelo capital nas diversas escalas e com a particularidade de concentrar pessoas, mercadorias e fluxos. Lefebvre (1991, p. 111) destaca essa posição quando escreve: “A cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações”. Entre 1950 e 1970 o comércio de rua ocorria nas avenidas Getúlio Vargas e Senhor dos Passos, bem como, na rua Marechal Deodoro e Sales Barbosa. Com as mudanças na utilização desse espaço, novas ruas e avenidas foram incluídas na organização territorial do trabalho presente no centro comercial de Feira de Santana.

Conjuntamente com estes fatos, o crescimento populacional, a expansão das atividades econômicas e a isenção de um relevante segmento social através da elevação da renda familiar contribuíram para a proliferação da atividade comercial seja formal ou informal. A elevação no consumo de bens e serviços inerentes as novas formas de produção, distribuição e consumo expõe a diversidade de estabelecimentos presentes no centro comercial de Feira de Santana. Essa caracterização repercute no fortalecimento e ampliação do comércio de rua, cada vez mais diversificado e com uma expansão nos itens para o consumo.

Sua expansão pelas principais vias de circulação evidencia que existe procura por este tipo de comércio. Quase sempre estão em pontos estratégicos, mesmo se considerados impróprios. Para Pintaudi (2007, p. 145) “[...] as formas comerciais são, antes de mais nada, formas sociais; são as relações sociais que produzem as formas que, ao mesmo tempo, ensejam relações sociais”.

Estudo mais recente como o de Freire (2021) que realizou pesquisa participante atuando diretamente na luta e registrando diariamente a movimentação dos trabalhadores revela as ações contra a saída das ruas e a forma como o poder público vinha atuando para esse fim.

Freire destaca a organização e resistência dos camelôs em relação a requalificação urbana imposta pela PMFS, inclusive através das ações judiciais como denúncias a Defensoria Pública Estadual. Considerou também o peso da imprensa e da manipulação da opinião pública em relação a presença dos camelôs nas ruas da cidade.

O objetivo do projeto: “dar um local digno e viável de trabalho a camelôs e reorganizar o espaço urbano de Feira de Santana” e superado quando analisado itens do



contrato que se mostram inviáveis de serem cumpridos por parte dos camelôs ao assumirem os espaços do shopping.

A retomada das ruas após a relocação de feira para o Centro de Abastecimento não aconteceu à revelia do poder público. Dentro das relações políticas, a reocupação das ruas por trabalhadores viria a auferir resultados e benesses eleitorais. Revogadas qualquer autorização através do Decreto nº 11.728, de setembro de 2020 que previa a desocupação total da área central da cidade por qualquer pessoa que estivesse exercendo alguma atividade.

Em tempo, o poder público municipal reúne entidades, cria o Pacto da Feira e apresenta o projeto Novo Centro para a requalificação do centro da cidade, entre outros itens está a construção do Shopping Popular para a relocação de camelôs do centro da cidade. Numa Parceria público-privada, o mesmo seria construído na área do Centro de Abastecimento, no setor de artesanato e a partir daí inicia os conflitos entre trabalhadores e poder público.

O projeto foi apresentado pela PMFS já pronto, a alegação dos trabalhadores incluindo aí os donos de boxes do Centro de Abastecimento é de que nenhum segmento foi consultado sobre remoção, construção e relocação.

O que se nota são as manobras e interesses diversos por parte de todos os agentes produtores do espaço, inclusive dos representantes dos grupos sociais excluídos que aqui são os camelôs, pois aqueles que estão à frente de sua associação foram cooptados pelos interesses do poder público municipal e das associações comerciais deixando de defender sua classe.

Muitos questionamentos foram levantados desde o anúncio da construção do shopping, a começar pelo local escolhido: o setor de artesanato do Centro de Abastecimento, área já consolidada em relação ao comércio, ao mesmo tempo, numa das áreas que se tornaram muito valorizadas desde a consolidação do referido espaço. Os artesãos foram retirados praticamente à força de seus estabelecimentos com a promessa de espaços de comercialização no shopping que seria construído, o que na prática, não ocorreu.

A prefeitura municipal numa parceria público-privada criou um espaço para relocação desses trabalhadores, denominado inicialmente de Centro Comercial Popular, depois Shopping Popular e registrado por seu administrador como Cidade das Compras. Uma série de problemas e irregularidades surgiram a partir da organização desse espaço



sendo as mais graves o pequeno número de unidades (box) para a quantidade de trabalhadores nas ruas da área central – foram construídas 1.680 unidades para cerca de 5.000 trabalhadores que estavam nas principais ruas e uma cláusula no contrato entre a prefeitura municipal e a empresa que administra o espaço obrigando a prefeitura além de proibir e coibir qualquer camelô ou similar nas ruas do município indenizar o consórcio caso haja concorrência com o aparecimento de camelôs e ambulantes comercializando nas ruas. Numa breve contagem apenas nas ruas da área central encontramos mais de 3.000 pessoas aproximadamente conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição de Camelôs e Ambulantes nas ruas da área central de Feira de Santana - 2019

Logradouro	Barracas/carros	Número estimado de pessoas
Marechal Deodoro	311	900
J. J. Seabra	66	130
Barão de Cotegipe	36	100
Conselheiro Franco	37	103
Sete de Setembro	16	50
Vitorino Gouveia	31	65
Leonardo Borges	60	130
Recife	91	200
Olímpio Vital	26	50
Praça da Bandeira	28	30
Praça Bernardino Bahia	95	180
Sales Barbosa	405	1.150
Senhor dos Passos	225	500
Número aproximado	1.427	3.088

Fonte: TELES, Alessandra, 2019

Os números acima revelam a incapacidade desse novo espaço em absorver esses trabalhadores e uma ausência de atuação do poder público em auxiliá-los. Diversos conflitos e embates ocorreram desde o projeto desse espaço até os dias atuais com sua materialização e funcionamento, manifestações, judicialização, processos e diversos atos contra a ocupação por parte dos trabalhadores foram realizados, mas terminaram por ceder a pressão do poder público e um número ocupou as unidades a eles destinadas. Numa visita técnica ao espaço percebemos que os conflitos não cessaram, pois, os relatos tratam entre outras queixas do não cumprimento do contrato por parte do administrador privado que venceu a licitação para gerenciar o espaço, a prefeitura não oferece nenhum apoio, as obras das unidades não foram concluídas, entre outras dificuldades. As figuras a seguir mostram a mobilização dos trabalhadores a partir do momento que tomaram conhecimento do que aconteceria a partir da sua remoção.



Figuras 1 – Mobilização de ambulantes e camelôs de Feira de Santana – 2016-2020



Fonte: Movimento Luta Camelô, 2016-2020

Atos diversos foram realizados, inicialmente, pelos artesãos do Centro de Abastecimento, em seguida pelos camelôs da Rua Sales Barbosa, espaço de maior concentração desse segmento na área central da cidade.

Ocupação das ruas, fechamento de importantes vias como o cruzamento das avenidas Senhor dos Passos e Getúlio Vargas, onde fica localizada a Prefeitura Municipal; atos próximos e dentro da Câmara de Vereadores, na tentativa de sensibilizar e cobrar destes uma posição em defesa da categoria, apresentação de projetos alternativos como a construção de um shopping a céu aberto inicialmente apresentado pelos camelôs.

Mesmo com tudo relatado, a construção do Shopping Popular foi iniciada, recebendo um investimento inicial de R\$ 13.000.000,00 e uma extensão de crédito de R\$ 6.000.000,00 e o direito de concessão do espaço por 30 anos ao consórcio da Parceria Público-Privada (PPP) que tem o Grupo Uai! Shopping à frente do negócio.

A partir disso, outra frente se levantou, agora, relacionada ao contrato que deveria ser celebrado entre o consórcio e os camelôs estabelecendo condições e taxas. Alguns destaques merecem ser feitos: uma cláusula na qual o consórcio exige da PMFS a extinção dos camelôs das ruas do município (urbano e rural), caso alguém seja encontrado comercializando em bancas, carros ou qualquer equipamento que caracterize trabalho



ambulante ou de camelô a PMFS estará obrigada a indenizar o consórcio pela atividade fora do local definido.

Os valores cobrados por aluguel e taxas que superam a realidade dos comerciantes e mesmo de espaços concorrentes sem relação com a PPP são constantemente questionados.

Assim como no período da construção do Centro de Abastecimento em que foram construídos 3.500 boxes para 5 mil feirantes, agora o Shopping Popular oferece 1.680 boxes para pelo menos 6 mil trabalhadores das ruas da cidade.

Os camelôs não aceitaram passivamente a situação, rompendo com seus sindicatos e associações. Um grupo consciente das dificuldades que enfrentariam ao aceitar a relocação para o shopping liderou parte dos camelôs que se sentiram prejudicados com a mudança e foram buscar alternativas, inclusive judicial, através da Defensoria Pública do Estado da Bahia que moveu ação responsabilizando a PMFS e o Consórcio Popular (responsável pela construção e administração do shopping) a buscar alternativas que contemplassem um maior número de trabalhadores, bem como, fossem revistas as cláusulas contratuais consideradas abusivas.

Algumas audiências foram realizadas envolvendo todos os citados, a PMFS na maioria das vezes estava ausente, e os representantes do Consórcio, quando chegaram a aparecer, em poucas situações, alegavam prejuízos e afirmavam que o objetivo dos camelôs era desvirtuar o projeto que traria muitos benefícios para a cidade.

Com todas as tentativas de diálogo com o poder público e consórcio, segundo os camelôs, nenhum deles recebiam os camelôs para o diálogo. A alternativa encontrada foi a mobilização e protesto nas ruas numa tentativa de ganharem visibilidade e apoio popular.

Segundo os camelôs, a mídia local posicionou-se a favor da PMFS e do consórcio, não dando espaço para que suas reivindicações fossem colocadas e quando chegavam a permitir a fala manipulavam os fatos de modo que os prejudicava ainda mais.

Com a pandemia instalada entre fevereiro e março de 2020 a determinação de *lockdown* a situação dos camelôs só se agravou, com ruas vazias e sem meios de comercializar, muitos viram sua renda desaparecer e a busca por alternativas para a sobrevivência familiar tornou-se o principal objetivo.

A proibição de realizar a atividade como medida sanitária contra a covid-19 foi determinada pelo poder público. Diferente de outros municípios, esse segmento não



encontrou nenhum tipo de auxílio financeiro ou alimentar, como por exemplo, algum tipo de auxílio emergencial específico para o segmento ou cesta básica, como ocorreu com camelôs e trabalhadores de rua em outros municípios.

Em setembro de 2020, a PMFS começou o processo de remoção de barracas da área central, mesmo com toda a dificuldade socioeconômica e com recomendações judiciais de não serem executados despejos enquanto o estado de calamidade não cessasse, a PMFS “limpou” as ruas da cidade.

Sem apoio do poder público, da sociedade civil e com a pandemia instalada esses trabalhadores procuraram meios diversos para garantir a sobrevivência. Passados alguns meses da pandemia, e com o início da abertura de algumas atividades, tentamos encontrar alguns dos camelôs que se mostravam mais atuantes no movimento de luta contra a saída das ruas. Descobrimos o seguinte cenário: um segmento que havia assinado contrato com o consórcio cedeu a situação e ocupou os boxes do Shopping Popular, agora encontram-se em conflito com a gestão do empreendimento pela falta de diálogo, valores considerados abusivos e a não conclusão da obra, entre outros fatores, os prejudicam.

Alguns não aceitaram ocupar os boxes e buscaram pontos particulares, de outros empresários e alugaram nas ruas do centro comercial e estão buscando sobreviver com a venda de seus produtos que já comercializavam quando tinham barracas nas ruas.

Outros aceitaram o box no Shopping, mas com o passar dos meses não conseguem vender seus produtos, a alegação principal é a ausência de clientes no espaço. Sem renda e sem ter como arcar com as despesas do espaço muitos optaram por arriscar e voltar às ruas da área central com as mercadorias em mãos na tentativa de vender e obter alguma renda. O que se observa é que esse número de pessoas tem se elevado diariamente. Ao andar pelas ruas então desocupadas pela PMFS o que mais se nota são essas pessoas tentando vender seus produtos, agora em mãos.

Destaque no que trata da elevação e mesmo aparecimento de um comércio nos bairros, o que se percebia nas ruas centrais, como por exemplo, a venda de frutas, legumes e atividades como serviços diversos, vestuário e calçados agora pode ser encontrado nos bairros. Desse modo, o projeto de requalificação do centro da cidade teve como uma de suas consequências o direcionamento da atividade comercial para os bairros.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças na organização espacial da cidade seguem a trajetória proposta pelas ações capitalistas. O conjunto de transformações, planejamentos e projetos propostos para a cidade estiveram sempre voltados para o atendimento dos interesses daqueles que desejam o ajuste do espaço aos seus benefícios.

Esse é mais um capítulo na história de conflito entre os agentes produtores do espaço urbano de Feira de Santana em busca do ordenamento e requalificação por parte de empresários e agentes municipais de um lado e trabalhadores das ruas em busca por sua sobrevivência de outro.

O Shopping Popular proposto como alternativa para mudança e organização do espaço público além de não contemplar a quantidade de trabalhadores que estavam nas ruas não deu a resposta esperada, pois o baixo movimento não permite a manutenção daqueles que ali se instalaram.

O cenário socioeconômico ainda mais agravado pela pandemia do Covid-19 pressiona para que mais trabalhadores entrem para a informalidade e em algum momento futuro voltem a ocupar as ruas, principalmente na área central da cidade.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. K.; EGLER, Claudio. A. G. **Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BORGES, Ângela. Os Novos Horizontes de Exploração do Trabalho, de Precariedade e de Desproteção. **Cadernos do CEAS**, Salvador, N. 239, P. 713-741, 2016.

CRUZ, Rossine C. **A Inserção de Feira de Santana (BA) nos Processos de Integração Produtiva e de Desconcentração Econômica Nacional**. 1999. 333f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

DANTAS, Eustógio Wanderley C. Apropriação do Espaço Público pelo Comércio Ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em Evidência (1975 a 1995). **Scripta Nova**. Universidad de Barcelona, vol. IX, n. 202, 1 de diciembre de 2005. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-202.htm> . Acesso em 17 de julho de 2015.

DURÃES, Bruno José R. **Camelôs Globais ou de Tecnologia: novos proletários da acumulação**. Salvador: EDUFBA, 2013.

FREIRE, Kayo M. dos S. **O Direito à Cidade como Luta pelo Trabalho: O Projeto “Shopping Popular” e a Remoção dos Trabalhadores Informais das Ruas de Feira de Santana – BA**. 2020. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.





INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

LEAL, Leonardo. P. .; FRANÇA FILHO, Genauto C. Solidariedade democrática em movimento: respostas à grande crise da pandemia de Covid-19. **NAU - A REVISTA ELETRÔNICA DA RESIDÊNCIA SOCIAL**, v. 11, p. 281-291, 2020.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

PINTAUDI, Silvana M. A Cidade e as Formas do Comércio. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia**. 5 ed.; São Paulo: Contexto, 2007. (Caminhos da Geografia).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **Centro de Comércio Popular**: reuniões com camelôs serão setoriais. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/noticias>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **Projeto Cabana**. Feira de Santana, 1974.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, João José. **Ganhadores**: A Greve Negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TELES, Alessandra O. **Camelôs em Feira de Santana (BA)**: Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Local. Resolução CONSEPE Nº 122/2018. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2018.

TELES, Alessandra O. **O Comércio Informal em Feira de Santana (BA): Permanências e Mudanças**. 2017. 275 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.